

Roriz reprimirá greve no Saúde em Casa

Governador confirma que haverá demissões e promete cortar o ponto dos grevistas. Para ele, o movimento é decisão "infantil"

Cristine Gentil
e Taís Braga
Da equipe do **Correio**

Os servidores do Saúde em Casa entram em greve, hoje, por tempo indeterminado. Apenas 30% deles continuarão trabalhando para manter abertos os postos de atendimento do programa, que estarão fornecendo guias de encaminhamento dos pacientes para os centros de saúde e hospitais e informando à população os motivos do movimento. Somente grávidas e pacientes crônicos receberão as visitas domiciliares.

A greve, anunciada desde a segunda-feira passada, é uma tentativa de pressionar o governo a manter o programa em funcionamento e evitar demissões.

Mas o governador Joaquim Roriz confirmou ontem que não vai voltar atrás na decisão de extinguir o Saúde em Casa, prometeu não ceder às pressões do primeiro movimento grevista do seu governo e admitiu que vai haver demissões.

"Os servidores do programa Saúde em Casa que entrarem em greve vão ter o ponto cortado e não vão receber nenhum salário", advertiu. "Eles podem entrar em greve à vontade. É um direito constitucional", continuou. O governador disse ainda que a greve é "infantil" e "que existe muita gente do programa que não trabalha mesmo e que vai ser demitida".

Roriz voltou a dizer também que o

programa sofrerá ajustes. "Vamos fazer efetivamente saúde em casa, através do Saúde da Família. Não nos moldes da saúde que se preocupava em fazer política em casa", ironizou o governador.

A consequência imediata de adaptar o Saúde em Casa — que hoje consome R\$ 6 milhões — ao programa do governo federal intitulado Saúde da Família é uma redução drástica do quadro de pessoal, hoje em torno de 3,2 mil servidores. Enquanto cada uma das 304 equipes do Saúde em Casa têm entre 10 e 14

profissionais, as do programa federal contam com, no máximo, oito integrantes.

"Recebemos informações dos sindicatos de que a Secretaria de Saúde espera homologar pelo menos 300 de-

missões amanhã (hoje). Queremos abrir um canal de negociação com o governo, para evitar essas demissões, e vamos pedir a intermediação do Ministério da Saúde, que acompanhou a implantação do programa Saúde em Casa", diz a presidente da Associação dos Trabalhadores do Saúde em Casa, Maria Vilma Bonifácio de Almeida.

Delegado sindical e integrante da associação, Alexandre Jorge completa: "Pela lei de greve, ninguém pode ser demitido nem admitido. Foi a única forma que encontramos para evitar as demissões. Ficamos sabendo que segunda-feira sai uma lista de 1.750 demitidos".

A Secretaria de Saúde, no entan-

Edson Gês 7.7.98



A primeira consequência da mudança de programa na área de saúde é a redução drástica de pessoal. Atualmente, cada equipe tem de dez a 14 profissionais

to, desmente a existência de listas de demitidos. A coordenadora do programa, Maria da Paz Dutra, explica que não há condições de manter o quantitativo de pessoal que hoje trabalha no programa, porque não há dotação orçamentária, mas afirma que ainda não há nenhuma decisão sobre demissões.

"Ainda não venceu o prazo de cinco meses que pedimos para analisar o programa. Já levantamos custos e sabemos que vamos ter que racionalizar os recursos, mas os critérios para se fazer isso ainda

não foram definidos. Estamos elaborando um novo contrato de gestão entre o ICS (Instituto Candango de Solidariedade) e a Fundação Hospitalar, para estabelecer as novas diretrizes do programa", explica Maria da Paz.

Ela faz um apelo para que os trabalhadores não entrem em greve. "Espero que não deflagrem a greve, porque apenas a população vai sair prejudicada."

Mas os servidores parecem não estar muito sensíveis ao pedido. Também não demonstram preocu-

pação com a ameaça de corte de ponto e de salários. "Corte de ponto sempre foi ameaça de todos os governos e nem por isso as categorias deixaram de fazer greve. Vamos negociar isso", disse Maria Vilma.

Os trabalhadores do Saúde em Casa estão recebendo apoio do Sindicato e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para mobilizar as pessoas. Hoje, às 10h, na sede do Instituto Candango de Solidariedade, está prevista uma assembléia para discutir o movimento. "O governo não estabeleceu nenhum diá-

logo com o movimento nem com as organizações. A adaptação que o governo quer fazer no programa Saúde em Casa vai ocasionar muitas demissões e agravar muito o quadro social", defende o presidente da CUT, José Zunga, que estará presente à assembléia.

No próximo dia 23, os sindicatos ligados à saúde farão um grande ato público em frente ao Palácio do Buriti. Eles querem entregar ao governador um abaixo-assinado com 50 mil signatários, em apoio ao programa Saúde em Casa.